

SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA P1+2 – LINHA DE BASE

Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing
Brasília, dezembro de 2012

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Sumário Executivo

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA P1+2 – LINHA DE BASE

1. Apresentação

Este sumário apresenta uma síntese dos resultados obtidos por meio da pesquisa executada pela Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing, orientada por contrato firmado com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, no âmbito do Projeto FAO, UTF/BRA/064 – “Apoio à Implementação e ao Alcance de Resultados da Estratégia Fome Zero”, visando à realização de pesquisa para obtenção de dados destinados à construção da linha de base para a avaliação de impacto do “Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido Brasileiro: Segurança e Soberania Alimentar Através do Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas”. Tal contrato esteve vigente entre outubro de 2011 e dezembro de 2012, sendo o campo da pesquisa realizado entre 17 de janeiro de 2012 a 08 de fevereiro de 2012.

O Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido – Associação Programa um Milhão de Cisternas (AP1MC), concebido pela Articulação no Semiárido (ASA), que promove a mobilização social, a capacitação de famílias de agricultores para a gestão de recursos hídricos, e o acesso descentralizado à água para consumo humano por meio da captação de água de chuva em cisternas de 16000 litros, chamadas de cisternas de primeira água, vem sendo apoiado pelo MDS desde 2004 através do Programa Cisternas. Este estabeleceu como público prioritário as famílias rurais do semiárido brasileiro com perfil de elegibilidade ao Programa Bolsa Família (PBF). Através de parceria com a ASA e de convênios com governos estaduais e municipais, a ação já beneficiou mais de 430.000 famílias¹ com cisternas de captação de água de chuva voltada para o consumo humano e capacitações para a gestão de recursos hídricos e convivência com o semiárido.

A partir de 2008, o MDS, em parceria com a ASA, iniciou a implantação do “Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido Brasileiro: Segurança e Soberania Alimentar Através do Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas” (doravante abreviado para P1+2²), direcionado para a produção de alimentos pelas famílias rurais do semiárido que já tiveram acesso à

1 Segundo as informações constantes na Nota Técnica 128/2011 do Departamento de Avaliação/SAGI/MDS.

2 O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos.

água para consumo doméstico (primeira água), visando garantir o acesso à água para a produção agropecuária (segunda água). As tecnologias sociais implantadas pelo P1+2 baseiam-se nas tecnologias já comumente adotadas no Semiárido para armazenamento da água, como é o caso da cisterna de placa, conhecida também como cisterna calçadão.

2. Metodologia

Foi realizada uma pesquisa tipo survey, constituída pela execução de entrevistas com questionários estruturados, com a aplicação de perguntas fechadas à amostra de entrevistados, de modo a fornecer informações padronizadas que podem ser analisadas estatisticamente. A pesquisa de campo objeto do presente relatório objetivou a obtenção do conjunto de dados que permitem a formação de uma linha de base relacionada aos beneficiários do P1+2, para posterior realização de pesquisa de seguimento para complementar a avaliação de impacto do P1+2.

A amostra e sua extração foram definidas pelo MDS de acordo com método descrito na Nota Técnica 128/2011 do Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) a partir de bases de dados fornecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). A amostra prevista consistiu em 2.036 domicílios, sendo 686 casos (que já dispunham de acesso à cisterna do P1+2) e 1.350 controles (apenas com cisternas do P1). A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: 1. construção do instrumento de coleta de dados; 2. coleta de dados; 3. análise descritiva dos resultados.

A construção do instrumento de coleta de dados obedeceu aos objetivos de avaliação do Programa e foi realizada sempre em acordo com determinações e sugestões das equipes da SESAN e da SAGI/MDS. O questionário foi estruturado em 13 blocos, sendo 12 destinados a todos os componentes da amostra, e o décimo terceiro aplicado apenas aos que já tinham a cisterna calçadão, conforme descrição a seguir:

1. **Bloco A: Identificação** – Dados de identificação e contato do entrevistado, localização, identificação da cisterna P1, identificação do responsável pela cisterna, número de moradias da propriedade, e número de moradores dos domicílios.
2. **Bloco 1: Características dos moradores do domicílio** – Dados referentes à identificação, ao grau de parentesco com o entrevistado, gênero, idade, escolaridade, fontes e percepção de renda, e casos de pessoas com deficiências.
3. **Bloco 2: Características do domicílio** – Aspectos físicos internos e externos dos domicílios; número e uso de cômodos, acesso a serviços públicos, como água, esgotos e energia elétrica; posse de eletrodomésticos e outros equipamentos.

4. **Bloco 3: Produção e geração de renda** – Dados sobre modalidade de acesso à terra, área explorada, produção agrícola e pecuária, autoconsumo, vendas e tecnologia, com estimativas quantitativas de produção e de valores associados a insumos, investimentos feitos e dificuldades enfrentadas.
5. **Bloco 4: Acesso à água** – Fontes de abastecimento, formas de armazenamento, períodos de disponibilidade, frequência de uso, distâncias e tempos associados à obtenção, volume, transporte, implementos, pagamento, usos da água, responsáveis pela sua gestão, partilha e avaliação de sua qualidade e suficiência nos diferentes usos.
6. **Bloco 5: Distribuição das tarefas do domicílio** – Dados sobre a distribuição das tarefas agropecuárias e domésticas entre as pessoas do domicílio.
7. **Bloco 6: Associativismo** – Dados sobre frequência e resultados da participação em instituições diversas.
8. **Bloco 7: Programas da Agricultura Familiar** – Dados sobre frequência da assistência técnica recebida por instituição, de participação em programas e sobre valores recebidos por ano.
9. **Bloco 8: Programas Sociais** – Dados sobre a participação em programas sociais, especialmente os de transferência de renda, e sobre o valor mensal obtido.
10. **Bloco 9: Segurança Alimentar** – Dados sobre acesso a alimentos (frequência, qualidade, suficiência, relação com a falta de dinheiro) para estimar o indicador de segurança alimentar nos três meses anteriores à pesquisa.
11. **Bloco 10: Migração** – Dados sobre a frequência e motivos de emigração e de migração de retorno.
12. **Bloco 11: Segunda água** – Dados sobre o tempo de posse da cisterna calçadão, fonte de água para seu abastecimento, incrementos/benefícios observados após sua implantação, partilha, formas e beneficiários de treinamento e capacitação para o uso da cisterna, recepção do “kit” tecnológico para a agropecuária, equipamento usado para operar a cisterna, fornecedores, tipos de insumos recebidos para produção, oportunidade, treinamento/capacitação, modalidades, sujeitos treinados, referências em caso de problemas com a cisterna.
13. **Bloco 12: Condições das cisternas P1+2** – Dados sobre os problemas mais comuns de manutenção das cisternas.

Para a coleta dos dados foi constituída uma equipe de campo composta por 46 pesquisadores divididos em duplas. Cada dupla ficou responsável por, no mínimo, uma rota contendo dois municípios. A produtividade média esteve em torno de dois questionários por dia. Uma média boa, considerados os obstáculos à realização

da pesquisa em ambiente rural, com dificuldades normais de acesso, localização e distâncias, principalmente em municípios do Piauí e Ceará, onde ocorrem chuvas no período janeiro-fevereiro.

Ao todo foram realizadas com sucesso 1909 entrevistas em domicílios, distribuídos ao longo de 67 municípios do semiárido (93,8% da amostra), sendo 1174 do grupo de controle e 735 do grupo de tratamento. Em 23 dos 67 municípios 100% da amostra foi cumprida. Nos demais, na maior parte dos casos, mais de 90% da amostra foi realizada.

3. Resultados da Pesquisa

3.1. Composição por sexo dos componentes do domicílio

Os dados obtidos mostram que, em 78% dos casos, o domicílio é habitado por famílias com 2, 3, 4 ou 5 pessoas, resultando numa densidade média de 4 pessoas por domicílio. A composição majoritária de moradia do domicílio é a seguinte: responsável pela cisterna, 25%; esposa (o), 21%; e filho/enteado 46%. A distribuição por sexo revela uma amostra composta por 51% de homens e 49% de mulheres, com pequena diferença verificada para os casos de tratamento, cuja composição foi de 52% de homens e 48% de mulheres. Os percentuais encontrados para o grupo controle são os mesmos do total da amostra.

3.2. Distribuição etária dos componentes do domicílio

A soma do grupo de pessoas com idade igual ou inferior a 15 anos com o grupo de pessoas com 60 anos ou mais, faixas que se aproximam daquelas conceituadas como população dependente, constitui 40% do total da amostra. 57% estão entre 16 e 59 anos. Pequenas variações ocorrem quando separamos a amostra em seus grupos controle, que contém 56% das pessoas na faixa entre 16 e 59 anos, e tratamento, com 59% de pessoas nesta mesma faixa. As idades médias são 30,3 anos para o grupo controle e 29,4 anos para o grupo tratamento.

3.3. Educação

Uma parcela correspondente a 32% de toda a amostra declara frequentar a escola, distribuídos em 34% do grupo tratamento e 31% do grupo controle. Dos 32% que frequentam, 16% não chegaram a completar um ano de estudo, enquanto 38% completaram 4 anos. A média de anos completos de estudo foi 4,3 para o total da amostra, sendo 4,7 anos para o grupo tratamento e 4,1 para o grupo controle.

O exame destes dados por faixa etária mostra percentuais de frequência à escola de 84% na faixa de 5 a 9 anos, 97% para os de 10 a 15 anos e 64% na faixa de 16 a 19 anos.

3.4. Características do domicílio

A casa típica, mais frequentemente encontrada, pode ser assim resumidamente descrita: possui paredes externas de alvenaria (85%), paredes com revestimento interno em reboco (85%), revestimento externo em reboco (73%), piso cimentado (84%) e telhado de cerâmica (99%). Na distribuição de pessoas por domicílio pode ser observado que em 83% dos casos o domicílio abriga até 5 pessoas, resultando numa densidade média de 4 pessoas por domicílio.

O número médio de cômodos das casas é igual a 5,8, com 80% delas contando com 4 a 7 cômodos. A média de dormitórios é igual a 2,4 por domicílio, com 59% deles contando com até 2 dormitórios. Nota-se que 53% das casas não possuem banheiro, considerando apenas as que têm chuveiro e aparelho sanitário. Não parece haver uma diferença significativa destas características para os grupos controle e tratamento, mas observa-se a existência mais frequente de um banheiro para os domicílios com maior número de cômodos, tanto para o grupo controle quanto para o grupo de tratamento.

Para os domicílios que têm banheiro, o escoadouro ocorre, em 60% dos casos, para fossa rudimentar, em 29% para fossa séptica e em 8% direto para a rua ou curso d'água. Em apenas 26% dos casos existe água canalizada dentro do domicílio sendo a água, em 74% dos casos, trazida de outra forma. Note-se que os dados referem-se a “água canalizada” sem especificar se vinda de uma rede pública de distribuição, de modo que as respostas englobam qualquer canalização dentro do domicílio, podendo significar dutos colocados a partir das cisternas ou de qualquer outra das fontes. O lixo das casas é queimado em 89% dos casos e despejado em terreno baldio ou logradouro em 7% dos casos. A rede elétrica pública, com medidor próprio (individual), atinge 91% das casas.

3.5. Posse de eletrodomésticos e de outros equipamentos

Os eletrodomésticos e outros equipamentos de maior ocorrência nos domicílios são geladeira de uma porta, televisor, fogão a gás, aparelho de som, aparelho de DVD, motocicleta, bicicleta, telefone celular e antena parabólica. Destacam-se a geladeira, o televisor, o fogão e a parabólica, presentes em mais de 76% dos domicílios.

3.6. Características da produção agropecuária

3.6.1. Acesso à terra

Apenas 11,73% das famílias dos domicílios entrevistados não têm acesso à terra. Do total de famílias, 66% dedicam a terra à atividade agropecuária, 13,78% a dedicam somente à atividade agrícola, e 5,66% exclusivamente à atividade pecuária.

O grupo de famílias com acesso à terra (88,27%) assume a categoria de proprietários em 74,42% dos casos, aqui devendo notar-se que as respostas a esta pergunta podem assumir categorias mistas, como proprietário e arrendatário e outras.

A área média à que as famílias têm acesso é de 25,1 hectares, numa distribuição que, com pequenas diferenças, se repete na desagregação por tipo de atividade: a ocorrência mais frequente é na faixa de até 3 hectares (26,05%), mas 41,54% dispõem de até 8 hectares e 24,09% dispõem de mais de 20 hectares. Há poucas variações nesses percentuais considerando as categorias de tratamento e controle.

3.6.2. Fontes de renda

A obtenção de renda da fonte principal (procedente de trabalho, aposentadoria ou pensão) foi confirmada por 36,19% dos membros das famílias entrevistadas, percentual bem inferior ao correspondente às pessoas teoricamente em idade de trabalhar. Dentre esses que declaram possuir fonte principal de renda, foi observado que 57,99% estão na faixa de idade próxima à da população ativa (entre 16 e 59 anos). Entre aqueles que auferem renda, 71,52% recebem até um salário mínimo, sem que se perceba uma diferença significativa entre os dois grupos (tratamento e controle). A análise por tipo de atividade produtiva do domicílio revela que a renda média das pessoas em domicílios que lidam somente com a pecuária, 5,66% dos domicílios, é visivelmente maior (R\$530,47) do que a daquelas que lidam somente com agricultura (13,78% dos domicílios, R\$394,39), ou com agropecuária (66% dos domicílios, R\$402,36).

A análise da renda domiciliar desagregada por tipo de atividade produtiva mostra percentuais próximos para os que percebem de meio a dois salários mínimos, sendo 62,14% para os domicílios da agropecuária, 65,4% para aqueles somente com agricultura, e 61,11% somente com pecuária. Aqui, novamente, são verificadas diferenças na distribuição das classes de rendimento para os domicílios que atuam somente na pecuária, pois 40,74% percebem de um a 3 salários mínimos, levando a renda média domiciliar nesta atividade a R\$712,66, contra R\$578,48 da agropecuária e R\$532,18 dos domicílios que trabalham somente com agricultura. Quando comparamos o grupo controle com o grupo tratamento, as distribuições de classes de rendimento são muito próximas, resultando em rendimentos domiciliares médios iguais a R\$579,27 e R\$570,42 respectivamente.

A mais frequente das fontes individuais de renda é o “trabalho eventual em atividades agrícolas” verificada para 25,18% das pessoas, seguida pela categoria “trabalhador por conta própria/produtor rural em atividades agrícolas” com 17,79% dos casos. No grupo que inclui aposentadorias e pensões, ocorrem 35,68% dos casos.

É importante observar que estudos de renda no ambiente rural tendem a conduzir a uma subestimação, dado que, normalmente, os pequenos agricultores e pecuaristas costumam não contar como renda o resultado do próprio trabalho, principalmente nos casos de autoconsumo.

3.6.3. *Produção agrícola*

A produção agrícola é bastante diversificada, incluindo 19 diferentes produtos. O feijão é encontrado em 30,73% dos domicílios, o milho em 28,41% e a mandioca em 9,35%, mas deve-se considerar que estes e muitos outros produtos são cultivados em consórcios.

Observa-se um pequeno viés na frequência maior de cultivo de feijão e milho no caso do grupo controle. No caso das hortaliças este viés pende, claramente para o grupo tratamento. Estes são cultivos que exigem mais tratamentos culturais e mais água, ocupando as áreas mais próximas da residência. São os casos de cebolinha, alface, tomate, pimentão e couve, produzidos por um percentual insignificante de domicílios do grupo controle, mas produzidos por um percentual pequeno, mas significativo de domicílios com a cisterna calçada, o que pode indicar mudança dos hábitos produtivos resultantes da transformação trazida pelo programa, ainda que numa fase preliminar. As fruteiras mais comuns são manga, banana e caju, na maior parte dos casos, dispersas ao longo do terreno.

A produção média de milho foi 10,53 sacas por domicílio, sendo 12,66 para o grupo tratamento e 8,91 para o grupo controle. No caso do feijão a média por domicílio foi 5,2 sacas e para mandioca foram 3.209,89 quilos. Nestes casos a média obtida por domicílio foi maior para o grupo tratamento, mas isto não constitui um padrão, visto que, considerando um conjunto maior de produtos, observa-se ora uma produção média maior para o grupo tratamento, ora para o grupo controle. Para aqueles que venderam produtos, a média de vendas foi de 17,55 sacas de milho, 7,1 sacas de feijão e 6.819,63 quilos de mandioca. Observa-se que a média de vendas pode ser maior que a média de produção por domicílio. Nos casos de produtos não perecíveis isto pode resultar, ainda que em parte, da formação de estoques para venda. Todavia, o maior efeito aqui resulta das diferentes bases utilizadas para o cálculo das médias. A média produtiva é calculada tendo como base todos os domicílios que produziram, enquanto a média vendida é calculada utilizando como base apenas os domicílios que venderam determinado produto.

3.6.4. *Insumos usados na produção agrícola*

A tecnologia mecânica se apresenta com tratores em 35% dos domicílios (36,95% no grupo tratamento e 33,53% no grupo controle) e com arados em 34,14% deles (36,03% no grupo tratamento e 32,72% no grupo controle). Animais de tração são usados em 24,69%. Fertilizantes químicos somente são usados por 5,58% dos domicílios e 17,53% usam agrotóxicos. O custo médio da atividade agrícola foi calculado em R\$307,49 por domicílio por ano (R\$296,15 para o grupo tratamento e R\$316,25 para o grupo controle).

3.6.5. *Dificuldades para a atividade agrícola*

A falta de água foi o problema mais referido (65,4%) como dificuldade para as atividades agrícolas, seja no grupo tratamento ou no grupo controle. O segundo

fator de dificuldade para a produção agrícola foi a falta de capital de giro, 40,64% dos casos. Os outros problemas mais citados foram solo ruim (21,67%), falta de mão-de-obra (12,28%), pragas (11,23%) e falta de assistência técnica (10,83%). Destes fatores, o que parece constituir novidade no Semiárido é a falta de mão-de-obra, o que pode ser um indicador de transformações significativas na região.

Na análise por tamanho da propriedade repete-se a percepção geral de dificuldades trazidas por falta d'água, de dinheiro e solo ruim como entraves principais e uma leve associação positiva entre o tamanho da propriedade e a percepção da “falta de gente para trabalhar” como obstáculo.

3.6.6. Agropecuária

Dos domicílios com acesso à terra, 81,19% criam animais de diversos tipos. De modo geral os rebanhos são pequenos e mais direcionados para o consumo da família. Os animais mais encontrados são gado bovino, com média por domicílio de 9,41 cabeças, galináceos 20,16 (sendo 15,28 destinados ao consumo familiar), ovinos 16,07 e caprinos 20,01. Ocorrem outros animais de pequeno porte, em pequena quantidade e animais de serviço (burros e cavalos), também em quantidade reduzida. Desagregados por tamanho da propriedade, os dados mostram uma associação positiva entre esta variável e o número de bovinos, ovinos e caprinos por domicílio. As vendas de animais ocorrem, mesmo para rebanhos tão pequenos, e neste comportamento, padrão não parece haver diferença significativa entre os grupos controle e tratamento. Os dispêndios com a pecuária são, em média, R\$ 554,94 por domicílio por ano, mais elevados do que os dispêndios médios com a agricultura, e mostram-se crescentes com o tamanho da propriedade.

3.7. Abastecimento d'água

Os dados revelam que 42,7% dos domicílios usam a cisterna de primeira água como fonte principal de abastecimento, combinada com o uso de carro-pipa (8,64%), barreiro (7,4%), açude/barragem/lagoa (7,26%), cisterna calçadão (6,76%) e outras. Atenção especial deve ser dedicada ao item “água encanada” que aparece como fonte de abastecimento em 5% dos casos e que aparece nas demais respostas referentes às fontes, como na frequência de utilização, volume de água retirado e outras. O item refere-se à canalização da água das fontes principais, como as cisternas, barreiros, cacimbas, etc., dado que no ambiente rural do semiárido é muito improvável encontrar-se acesso a uma rede pública de água encanada. Desta forma, os dados referentes a esta informação devem ser vistos com reservas.

A cisterna calçadão (P1+2) é citada como uma das fontes principais de abastecimento por 15,66% dos entrevistados do grupo tratamento, distribuindo-se em 15,9% dos que desenvolvem atividade agropecuária, 18,64% dos que desenvolvem somente atividades agrícolas, e 14,47% dos que desenvolvem somente atividade pecuária. Tais percentuais são reduzidos tanto em razão do pouco tempo de posse das

cisternas, como da sazonalidade. Recém-construídas, a utilização de cisternas de segunda água ainda não coincidiu com a ocorrência do primeiro ciclo produtivo, conforme esperado de acordo com o próprio desenho da pesquisa.

3.7.1. Frequência de utilização das fontes ao longo do ano

A água da cisterna P1 é usada durante todo o ano em 73,68% dos casos, sejam tratamento ou controle. Este percentual elevado qualifica a cisterna de primeira água como a fonte mais confiável de abastecimento de água. As outras fontes podem complementá-la em determinadas épocas, mas os entrevistados declaram depender dela de forma mais duradoura ao longo do ano. Já no caso do grupo tratamento, a cisterna calçadão é usada como fonte durante menos de 12 meses por 54% dos domicílios, o que deve ser reflexo da sazonalidade da produção e do pouco tempo de posse da cisterna.

3.7.2. Busca, manejo, custos e destinação da água

A tarefa de busca da água para os diversos usos no domicílio é compartilhada pelos membros da família, mas cabe, na maior parte dos casos, ao próprio responsável pela cisterna. Assim, o responsável é o principal encarregado de buscar água da cisterna P1 em 85,79% dos domicílios, e em 73,13% dos casos na cisterna calçadão. Com pequenas variações, este quadro se repete para as demais fontes de água.

A análise da responsabilidade da busca de água por sexo revela uma participação maior das mulheres nesta atividade para todos os tipos de fonte. Observa-se um percentual de 73,7% de mulheres na busca da água da cisterna P1 e de 75,8% dos casos na cisterna calçadão. Considerados todos os tipos de fontes, em nenhum dos casos o percentual de responsabilidade feminina na busca da água é inferior a 53%.

O tempo de deslocamento para a obtenção de água da cisterna calçadão é de até 3 minutos para 57,23% dos casos, resultando num tempo médio 4,91 minutos. No caso das outras fontes, este tempo médio nunca é inferior a 17 minutos. Evidentemente, isto não se aplica à cisterna P1, localizada para efeitos práticos, no domicílio.

O pagamento pelo transporte da água ocorre apenas para outras fontes que não as duas cisternas. Nestes outros casos observa-se o pagamento em 13,89% dos casos de domicílios que usam água de rio. Para as outras fontes o percentual de domicílios que pagam pelo transporte é inferior a 7,5%.

A água obtida da cisterna P1 é armazenada em jarro ou pote em 63,51% dos domicílios, sendo somente em 29,8% dos casos armazenada em filtro. Já a água obtida da cisterna calçadão fica na própria cisterna em 18,37% dos casos ou é depositada em tonel em 19,39% deles.

A destinação da água das cisternas parece estar de acordo com os objetivos iniciais da sua construção. Ela é utilizada para beber/cozinhar em 94,99% dos casos e

para outros usos domésticos em 40% dos casos da cisterna P1, enquanto a água da cisterna calçadão é destinada ao cultivo de alimentos no quintal (38,44%), à lavoura (41,84%) e para os animais (35,37%). Ainda assim, em 34,69% dos casos é feito uso doméstico desta água.

3.7.3. Avaliação da qualidade e suficiência da água

A qualidade da água das cisternas recebe boa avaliação dos entrevistados. A da cisterna P1 tem avaliação de qualidade muito boa ou boa por 94,89% dos domicílios, sejam tratamento ou controle. A cisterna de segunda água recebe avaliação muito boa ou boa por 72,11% dos seus usuários. Este padrão de avaliação se mantém quando a análise é feita por tamanho de propriedade. A avaliação muito boa/boa para a cisterna P1 oscila acima de 90% dos domicílios, e acima de 70% para a cisterna P1+2.

Apenas 30,23% dos domicílios compartilham a água da cisterna de 16 mil litros (primeira água). Desses, 54,59% o fazem com apenas um domicílio.

3.7.4. Encarregados das tarefas domésticas e produtivas

O cuidado com a lavoura e com animais distribui-se entre os adultos do domicílio, mas recai principalmente sobre o responsável pela cisterna, o que ocorre em 56,52% dos casos. Deve-se ressaltar que tais tarefas recaem mais sobre as mulheres. Isto ocorre para 81,3% dos domicílios, enquanto os responsáveis masculinos só se encarregam de tais tarefas em 18,7% dos casos.

Também as tarefas domésticas recaem, e neste caso mais fortemente, sobre o responsável pela cisterna, 70,51% dos casos. E também aqui as tarefas são distribuídas pelos adultos do domicílio. Crianças e adolescentes têm participação insignificante nas duas atividades.

3.8. Associativismo

Para este item, a pesquisa utilizou perguntas sobre participação em associações, periodicidade desta participação e razões da importância da participação. As respostas foram estimuladas, por exemplo, citando alguns tipos de associações, como sindicatos, associações religiosas, cooperativas, associações de moradores e uma alternativa aberta. A alternativa aberta não recebeu um número significativo de respostas e, de modo geral a participação é muito pequena, destacando-se apenas o caso de sindicatos. Este quadro geral repete-se quando é observada esta participação por gênero.

De modo geral os entrevistados dividem-se na participação sindical: apenas 49,97% o fazem. Todavia, pequenas variações aparecem na análise desagregada por tipo de produtor. Ocorre um percentual mais elevado de participação no caso do grupo

tratamento (54,15%) em relação ao grupo controle (47,36%). Na desagregação por tipo de atividade, o percentual de participação cai para 45,37% no caso dos domicílios que trabalham só com pecuária, alcançando um mínimo no caso de domicílios do grupo controle que trabalham só com pecuária, em que apenas 42,31% participam. A periodicidade de participação revela que, em 30,82% dos casos, a participação ocorre apenas uma vez por mês. Aqui também ocorre uma queda no percentual de domicílios que participam uma vez por mês quando se trata de propriedades que trabalham somente com a pecuária, elevando-se significativamente o percentual dos que participam apenas eventualmente ou nunca (61,22%).

Os serviços decorrentes da participação em sindicatos frequentemente considerados mais importantes pelos entrevistados são: auxílio na comercialização (15,2%), assistência técnica (15,83%), obtenção de insumos (16,56%) e, principalmente, obtenção de crédito (25,89%). Também os serviços de orientação sobre aposentadoria e obtenção de documentação para usuários do INSS, são considerados importantes.

Apenas 11,84% dos entrevistados declararam participar de atividades de instituições religiosas, sendo 48,67% apenas uma vez por semana e, na maior parte dos casos (11,06%), movidos pela fé, o que indica participação no culto semanal. O elevado percentual dos respondentes que optaram por “não sabe/não respondeu” na questão 64.2, acima de 70%, induz a considerar-se que a participação em instituições religiosas ocorre em função de outros atrativos, que não os associados à produção e ao trabalho agropecuário, como mostra a opção “movidos pela fé”, mencionada espontaneamente entre as respostas.

Uma parcela de 98,11% dos entrevistados declarou não participar de cooperativas. Dos 1,68% que participam, 34,38% o fazem mensalmente na busca de melhorias na comercialização da produção, obtenção de crédito ou insumos para a produção e assistência técnica.

A participação em associações de moradores é maior do que nos dois casos anteriores e se assemelha ao caso da participação em sindicatos. Aqui, 44,21% dos entrevistados distribuídos em 52,52% do grupo tratamento e 39,01% do grupo controle. Dos 44,21% de participantes, a maioria (68,13%) participa de atividades uma vez por mês. Os benefícios mais frequentes da participação são: obtenção de insumos para a produção, crédito, assistência técnica, equipamentos e melhorias na comercialização da produção.

As respostas à pergunta sobre a frequência de recebimento de serviços de assistência técnica pelos vários órgãos próximos às famílias foram quase uniformes. Observa-se a ausência destes serviços em diversas classificações: tratamento, controle, agropecuaristas, agricultores e pecuaristas. Por entidade, os percentuais associados à resposta “nunca” (Nunca receberam assistência técnica) foram as seguintes: prefeituras, 88%; ONG's, 83%; igrejas, 92%; sindicatos, 86%; associações comunitárias, 85%; e órgãos de ATER, 88%.

3.9. Participação em Programas da Agricultura Familiar

Dos vários programas da agricultura familiar em vigor, houve participação significativa apenas em um número reduzido deles, descritos a seguir:

Apenas 30,8% dos entrevistados participam do Programa Garantia Safra, recebendo em 42,86% dos casos entre R\$550,00 e R\$623,00 resultando no conjunto em uma média mensal domiciliar igual a R\$546,88.

Ocorre a participação de 16,19% dos domicílios no PRONAF, recebendo em 38,83% dos casos um crédito de entre R\$1.500,00 e R\$2.500,00, resultando em uma média anual domiciliar igual a R\$2.365,42.

3.10. Participação em Programas Sociais

O Bloco 8 do questionário apresenta questões sobre a participação em vários Programas Sociais: Bolsa Família, PETI, Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Urbano, Projovem Campo, Sentinelas, PAA Leite, Recepção de cestas de alimentos, CRAS, CREAS e PAIF.

Na amostra em estudo apenas o Programa Bolsa Família atinge um percentual significativo de domicílios (65,95%) com 26,61% recebendo entre R\$101,00 e R\$130,00, resultando em uma média mensal domiciliar igual a R\$123,71.

3.11. Segurança Alimentar

O Bloco 9 do questionário trata de obter informações sobre a segurança alimentar das famílias aplicando séries de questões sobre os moradores dos domicílios em sua totalidade, separando informações específicas sobre os adultos (maiores de 18 anos) e sobre os menores de 18 anos. A escala construída permite a classificação dos domicílios em faixas de Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave. Os dados da Tabela mostram 66,27% dos domicílios na faixa de segurança alimentar e apenas 2,04% na faixa de insegurança alimentar grave.

A desagregação dos dados por sexo do entrevistado mostra uma pequena variação em torno dos percentuais obtidos para o total da amostra. O percentual de domicílios que experimentam Segurança Alimentar é ligeiramente superior para aqueles representados por entrevistados do sexo masculino (68,3% versus 65,44%). Tais percentuais também não diferem muito nos casos de Insegurança Alimentar Grave. Neste caso o número é ligeiramente superior para os domicílios representados por pessoas do sexo feminino (2,14% versus 1,81%).

3.12. Migração

A ocorrência de migrações parece pequena para os padrões do semiárido, de irregularidade climática com suas consequências econômicas. Um percentual de

86,38% dos domicílios relatou não ter havido emigrações no período de referência (últimos 12 meses). Dos 13,51% de casos de famílias em que ocorreram emigrações, a média foi igual a 1,38 migrantes por domicílio, e a razão para a emigração foi a busca de emprego em 63,95% dos casos ou o casamento em 18,22% dos casos.

A migração de retorno ocorreu apenas em 5,76% das famílias, com pequenas variações entre os estados, resultando numa média igual a 1,28 pessoas por domicílio. A causa do retorno foi a falta de emprego ou problema de saúde.

3.13. Cisterna calçadão (P1+2)

3.13.1 Condições e uso

O Bloco 11 do questionário foi aplicado apenas ao grupo tratamento, já possuidores da cisterna calçadão. A partir dos dados obtidos podemos resumir as condições da cisterna calçadão da seguinte forma: estava pronta em 92,79% casos dos entrevistados do grupo tratamento; em 60,26% dos casos a cisterna estava pronta já havia 4 a 6 meses, isto é, estava pronta havia uma média de 4,54 meses; já havia sido utilizada apenas em 44,13% dos domicílios, provavelmente pela não ocorrência de chuvas a partir da data em que ficou pronta; foi abastecida em 69,44% dos casos com água de chuva e em 16,61% dos casos por caminhão pipa, as demais ocorrências sendo pulverizadas.

3.13.2. Compartilhamento

O uso da cisterna calçadão, com 52 mil litros de capacidade é, em média, compartilhado com outras famílias em apenas 17,94% dos casos, sendo, em 50%, destes compartilhado com uma outra família apenas. A bomba manual é o mecanismo mais utilizado para retirada de água da cisterna, ocorrendo em 64,06% dos casos.

3.13.3. Mudanças na produção e uso de insumos

Um dos objetivos do Programa P1+2 com a construção da cisterna calçadão foi o aumento e diversificação da produção agropecuária, através das mudanças tecnológicas resultantes do próprio uso da cisterna e de outros insumos. Este item dedica-se a observar a ocorrência de tais mudanças. Os dados mostram que 96,67% dos domicílios que receberam a cisterna calçadão receberam também o “kit produtivo” envolvendo a bomba, outros equipamentos, mudas, sementes e pequenos animais. As instituições que se destacam no fornecimento de insumos são as ONGs, citadas em 61,47% dos casos fornecendo, principalmente, sementes, utensílios e ferramentas, mudas e pequenos animais; e sindicatos, citados em 9,75% dos casos e fornecendo os mesmos insumos que as ONGs. Como contraponto, as prefeituras são citadas em apenas 3,6% dos domicílios como fornecedoras de insumos.

Os resultados da pesquisa mostram a percepção de um aumento da quantidade produzida de alimentos para 51,83% dos que usaram a cisterna calçadão e, também uma maior diversificação na produção de alimentos para este grupo. Por outro lado, apenas 30,23% dos que usaram a cisterna calçadão relataram um aumento na produção animal. Para a verificação de mudança na diversidade de animais criados, 54,28% disseram não tê-la percebido, mas deve-se considerar, neste caso, o pouco tempo de uso da cisterna, que deixa pouco espaço para mudanças desta natureza.

3.13.4. Treinamento, capacitação e orientação

Um percentual elevado (92,61%) do grupo recebeu treinamento para manutenção da cisterna e 94,49% para uso adequado da água, percentuais observados, com pequenas variações, para todos os estados. Em 73,62% dos casos foi o próprio responsável pela cisterna que recebeu o treinamento. As instituições que mais forneceram orientações sobre o uso da cisterna e da água foram ONGs (62,27%) e sindicatos (14,26%). A maior parte da capacitação ocorreu em reuniões comunitárias (63,65%) ou em cursos/capacitação (45,86%).

3.13.5. Manutenção/consertos

A maior frequência de problemas com a cisterna calçadão é o aparecimento de rachaduras (7,83%) e defeitos na bomba (4,78%), mas em 84,93% dos casos não foram notados sinais de má conservação.

Como complemento da descrição observa-se que para a cisterna de primeira água (P1) foram relatados como sinais mais frequentes de má conservação rachaduras, vazamentos e defeitos na bomba, mas também aqui, em 73,23% dos casos não foram observados pelos pesquisadores sinais de má conservação. Destaca-se o caso de Sergipe, onde são bem mais frequentes os casos de rachaduras, bomba defeituosa, tampa danificada e ausência de bomba.

4. Conclusões e recomendações

O conjunto de informações coletado permite uma visão ampla e detalhada das condições de moradia, educação, renda, trabalho, segurança alimentar, acesso à água, associativismo e produção dos componentes da amostra. A amplitude do conjunto de informações torna difícil, necessariamente, o trabalho de sua obtenção. Dificuldades de acesso a locais, de localização do entrevistado, mas também dificuldades relacionadas com o elevado nível de detalhamento do questionário para o correto entendimento das perguntas por parte dos entrevistados. Isto estabelece a necessidade de busca de um equilíbrio entre o objetivo de obtenção de muitas informações e o objetivo de qualidade destas informações. Este equilíbrio parece ter sido conseguido nesta pesquisa de estabelecimento da linha de base, apesar das dificuldades.

Recomenda-se assim, o mesmo cuidado, e até maior, quando da realização da pesquisa complementar para a avaliação dos impactos do Programa P1+2, principalmente em termos da obtenção de dados comparáveis aos resultantes desta pesquisa.

Por fim, talvez seja interessante notar que, como foi possível observar no relatório completo, a distribuição das cisternas de segunda água tem sido antecipada em alguns municípios e, como consequência, parte do grupo de controle passou a ser tratamento. Apesar de ser um fato positivo, por levar o acesso à água às famílias, tal mudança pode reduzir a capacidade de identificar os efeitos da cisterna para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Mais ainda, é possível que a antecipação desse processo, que tende a ser acelerada diante da forte seca que atinge a região em 2012, leve a uma maior redução no grupo de controle. Nesse sentido é preciso pensar em manter o cronograma da segunda rodada da pesquisa de forma a não permitir que no final todos já estejam com a cisterna há algum tempo e a análise do diferencial fique comprometida. Seria interessante ainda recompor parte desse grupo de controle, se possível, a partir de um novo sorteio para famílias das áreas pesquisadas que não estavam nas listas iniciais e que, teoricamente, ainda não receberam a cisterna P1+2. Não seria possível, evidentemente, fazer a análise de diferença com esse novo grupo, mas seria ainda possível comparar os grupos no momento da segunda pesquisa (famílias que já vivem com a cisterna por algum tempo versus as que ainda não as possuem) e aumentar o grupo de controle para uma medição futura.

Ficha Técnica

Execução da Pesquisa

Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Maya Takagi

Pesquisadores

Alexandre Rands Barros

(Coordenador Geral)

André Matos Magalhães

(Coordenador de Pesquisa)

Augusto Oliveira (Consultor Técnico)

Robson Correia (Estatístico)

Diretor do Departamento de Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva

Marcos Dal Fabbro

Coordenador-Geral de Acesso à Água

Igor da Costa Arsky

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo Martino Jannuzzi

Colaboradores

Leonardo Vieira Nunes

Vitor Leal Santana

Diretora de Avaliação

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Edição e diagramação deste sumário executivo

Revisão

Renata Mirandola Bichir

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Coordenadora-Geral de Resultados e Impacto

Renata Mirandola Bichir

Diagramação

Tarcísio Silva

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Alba Lucy Figueroa

Danilo Mota Vieira

Bruno Barreto

Pedro Antônio Bavaresco

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi